

Bancos exigem mudança no Plano Brady

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — Banqueiros privados e o Governo americano travaram ontem, aqui, um duelo verbal por causa do Plano Brady, que prevê a redução de parte da dívida externa dos países em desenvolvimento. A discussão, que cada dia se torna mais acalorada, acabou colocando

em segundo plano os debates sobre o aumento do capital do Fundo Monetário Internacional (FMI), logo no primeiro dia de sua reunião semestral — que continuará até a próxima terça-feira.

Uma revisão formal do Plano Brady está programada para amanhã. Ela será feita pelos Ministros de Economia e Presidentes de banco centrais dos países ricos — o chamado Grupo dos Sete. Por isso, os ban-

queiros estão desfechando um derradeiro ataque às vésperas de tal encontro.

Eles continuam insistindo na necessidade de se alterar a estratégia concebida um ano atrás pelo Secretário do Tesouro, Nicholas Brady. Enquanto assessores desse funcionário, que se encontrava na Europa, rebatiam que embora haja espaço para "alguns retoques", o Governo americano não vê necessidade de se

alterar as linhas principais desse programa.

— Sem dúvida, houve algum progresso com relação ao problema da dívida no último ano. Mas está na hora de promover algumas mudanças. Uma delas seria a derrubada de uma exigência do Banco Mundial que proíbe um país que faça empréstimos de permitir que um ou alguns dos bancos credores obtenha uma posição preferencial — comentou

William Rhodes, o chefe dos negociadores internacionais do Citicorp, principal credor do Brasil.

Enquanto isso, diretores do Institute of International Finance (IIF), uma associação que reúne 180 grandes bancos internacionais, voltou a insistir em que o FMI não faça negócios com nenhum país que tenha deixado de pagar os juros aos bancos. Horst Schulmann, que é Diretor Gerente do IIF, disse que, além dis-

so, os banqueiros querem que o Fundo exija dos países devedores uma informação precisa sobre o volume da dívida que essas nações têm recomprado no mercado secundário.

— Essa informação, que os países escondem, é essencial para determinar-se o volume de dinheiro novo que esses países realmente necessitam obter, tanto dos bancos privados como das instituições multilaterais — disse Schulmann.